

**Estratégias de comunicação no legislativo municipal:
um estudo do perfil de Giorgia Prates no Instagram**

*Communication strategies in municipal legislature:
a study of Giorgia Prates' Instagram profile*

Nayra Gazafi de MORAES¹
Luciana PANKE²

Resumo

Este artigo examina a comunicação da vereadora Giorgia Prates (PT/PR) durante seu primeiro ano de mandato (2021) em Curitiba, com foco no perfil de seu Instagram. Diante da crise na representação política no Brasil e da busca por maior diversidade nos espaços de poder, a vereadora destaca-se como segunda mulher preta e primeira assumidamente lésbica a assumir uma cadeira na Câmara Municipal de Curitiba. Para este estudo, utilizou-se a metodologia de Análise de Conteúdo (BARDIN), por meio da qual categorizou-se 758 publicações, evidenciando a diversidade de temas abordados. A análise das postagens revela ênfase em pautas raciais, de gênero e LGBTQIAPN+, além de uma estratégia comunicativa inclusiva. O estudo contribui para compreensão da dinâmica entre imagem pública e práticas legislativas, ressaltando a importância da representatividade na construção de uma democracia inclusiva.

Palavras-chave: Comunicação política. Mulheres na política. Representatividade.

Abstract

This article examines the communication of councilwoman Giorgia Prates (PT/PR) during her first year in office (2021) in Curitiba, focusing on her Instagram profile. In the face of the crisis in political representation in Brazil and the pursuit of greater diversity in positions of power, the councilwoman stands out as the second black woman and the first openly lesbian to hold a seat in the Municipal Chamber of Curitiba. For this study, the Content Analysis methodology (BARDIN) was used, through which 758 posts were categorized, highlighting the diversity of topics covered. The analysis of the posts reveals an emphasis on racial, gender, and LGBTQIAPN+ issues, as well as an inclusive communication strategy. The study contributes to understanding the dynamics between public image and legislative practices, emphasizing the importance of representation in the construction of an inclusive democracy.

Keywords: Political communication. Women in politics. Representation.

¹ Mestranda em Comunicação e Política Universidade Federal do Paraná (UFPR).
E-mail: nay.gazafi@hotmail.com

² Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Bolsista Produtividade CNPq. Professora da Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: lupanke@gmail.com

Introdução

Nos últimos anos, o Brasil enfrenta uma crise na representação política, compartilhando desafios similares a outras democracias globais (SILVA; SECCHI; CAVALHEIRO, 2021, p. 169). Acentuando esse cenário, escândalos de corrupção protagonizados por ocupantes de cargos eletivos e a falta de diversidade nos espaços de poder têm permeado a discussão política no país. Essa conjuntura tem instigado reflexões acerca da identificação entre eleitores e candidatos, em meio à diversidade do eleitorado, gerando debates sobre representatividade e estratégias para assegurar que grupos historicamente marginalizados possam efetivamente acessar esses espaços (RAIS; MAGARIAN, 2021, p. 88).

A diferença entre a pluralidade existente na sociedade e a representação nos cargos políticos vem sendo amplamente discutida nas esferas públicas, levando as autoridades federais a tomarem medidas para promover uma participação política mais inclusiva e democrática. Um exemplo dessas medidas é a Resolução nº 23.664, instituída em 2021 pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que estabeleceu diretrizes para a aplicação do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, que visa garantir que os partidos políticos destinem a proporção adequada dos recursos a candidaturas femininas e negras, obedecendo a proporção dessas candidaturas em relação às demais. Dados do censo de 2022 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que pretos e pardos compõem mais de 24% da população de Curitiba, tomando mais de 400.00 habitantes. No entanto, a cidade elegeu a primeira mulher negra para o legislativo, Carol Dartora (PT), apenas em 2020.

Em fevereiro de 2023, Giorgia Prates Mandata Preta assumiu seu mandato como a segunda mulher preta e a primeira vereadora assumidamente lésbica da Câmara Municipal de Curitiba. Anterior à conquista da cadeira no legislativo, Giorgia apresenta um histórico de militância em temas como combate ao racismo, respeito à diversidade, igualdade de gênero e moradia digna, associado à sua experiência como fotojornalista premiada, destaca-se por contribuições como ao Dossiê 2030 das Nações Unidas, projeto no qual atuou como fotógrafa da região sul do Brasil.

A incursão de Prates na política ocorreu em 2020, quando concorreu nas eleições com a proposta de um mandato coletivo, ao lado da líder comunitária Andrea Soares. Após conquistar 3.582 votos e a terceira suplência, Andrea deixou o projeto, mas a ideia

do coletivo persistiu no mandato de Prates, agora moldada de forma “mais democrática” (PRATES, 2024), através do que ela denomina de “mandato popular”, modelo no qual todas as pessoas têm a possibilidade de participar, apresentar propostas e debater diretamente com a vereadora.

A identidade de Giorgia Prates, enquanto mulher preta e lésbica, é uma constante em seu discurso, somando-se às outras pautas de forte atuação que incluem educação, defesa da infância, segurança pública humanizada, transporte público acessível, defesa dos animais, direitos dos servidores públicos e acesso à cultura. Este artigo propõe-se a analisar o perfil do Instagram da parlamentar durante seu primeiro ano de mandato, com o objetivo de compreender a frequência e a abordagem das pautas raciais e de diversidade em suas postagens. A análise detalhada desses aspectos contribuirá para uma compreensão mais aprofundada da atuação política de Giorgia Prates e seu papel na promoção da representatividade e inclusão no cenário político curitibano.

Representatividade feminina e negra

A participação feminina na política tem se apresentado como um desafio significativo para a democracia contemporânea, suscitando debates nas instâncias legislativas e no meio acadêmico. Sousa (2023, p. 94) atribui esse desafio ao histórico de exclusão da mulher na esfera política, desde os primórdios da ideia de democracia, inicialmente concebida de maneira restrita, excluindo as mulheres de direitos civis e políticos. Após muita luta e articulação com as mulheres inglesas, que haviam conseguido o direito ao sufrágio, em 1932 as brasileiras conquistam o direito ao voto, e em 1933 é eleita Carlota Pereira de Queiroz, a primeira deputada constituinte do Brasil (SOUSA, 2023, p. 99).

O contexto brasileiro guarda algumas particularidades que influenciaram a luta feminina por direitos políticos. Apesar do marco representado pela eleição de Carlota Pereira de Queiroz, os anos subsequentes não testemunharam avanços significativos. O período de 1937 a 1945, marcado pelo Estado Novo, caracterizado pelo autoritarismo e pela restrição dos direitos políticos, e o regime militar instaurado em 1964, que perdurou até 1985, impactaram negativamente a participação feminina na política (SOUSA, 2023, p. 99).

Toda essa conjuntura de formação e amadurecimento da democracia brasileira acabou por excluir as mulheres da participação política, dando origem a debates contemporâneos sobre a necessidade de inclusão e representatividade feminina na política, visando uma verdadeira democracia representativa no Brasil (SOUSA, 2023, p. 95). Gonzalez (2020) defende que essa falta de espaço reflete uma tendência presente em outros setores da sociedade, como o mercado de trabalho, ressaltando uma questão ainda mais profunda quando observado o recorte racial: o “processo de tríplice discriminação sofrido pela mulher negra (enquanto raça, classe e sexo)” (2020, p. 56).

As possibilidades de ascensão a determinados setores da classe média têm sido praticamente nulas para a maioria da população negra. (...) Isso significou a deterioração das possibilidades de acesso ao mercado de trabalho para a população negra. Excluída da participação no processo de desenvolvimento (desigual e combinado, não esqueçamos), ficou relegada à condição de massa marginal crescente: desemprego aberto ou não, ocupação "refúgio" em serviços puros, trabalho ocasional, ocupação intermitente, trabalho por temporada etc. Ora, tudo isso implica baixíssimas condições de vida em termos de habitação, saúde, educação etc. (GONZALEZ, 2020, p. 58)

Gonzalez (2020, p. 60) alerta para as limitadas oportunidades de ascensão para a população negra, resultando em condições de vida precárias. Ela destaca que, ao discutir representatividade, a mulher negra muitas vezes é excluída do discurso do movimento feminino no país, e que apenas das relações de dominação sexual, social e econômica a que a mulher está submetida serem frequentemente pautadas, a opressão racial é excluída do diálogo. Caldwell (2007, p. 53) afirma que ao abordarem a interseccionalidade das dinâmicas racial, de gênero e de classe, as ativistas negras provocaram os movimentos sociais progressistas e o Estado sobre a existência dessas demandas específicas referente às experiências de vida e identidades sociais das mulheres negras.

Um obstáculo para a mudança desse cenário é o mito da democracia racial, que sugere uma convivência harmoniosa entre diferentes raças e etnias no Brasil (Gonzalez, 2020, p. 203). Caldwell (2007, p. 59) argumenta que essa ideologia influencia a interação entre mulheres brancas e negras, dificultando a discussão sobre privilégios raciais. Essa negação prejudica a capacidade das ativistas negras de destacar como as desigualdades raciais moldam as estruturas sociais, econômicas e políticas. Gonzalez (2020, p. 61) enfatiza que a exclusão da opressão racial do diálogo evidencia a presença de mecanismos da ideologia do branqueamento e do mito da democracia racial.

A maioria dos textos, apesar de tratarem das relações de dominação sexual, social e econômica a que a mulher está submetida, assim como da situação das mulheres das camadas mais pobres etc. etc., não atentam para o fato da opressão racial. As categorias utilizadas são exatamente aquelas que neutralizam o problema da discriminação racial e, conseqüentemente, o do confinamento a que a comunidade negra está reduzida. A nosso ver, as representações sociais manipuladas pelo racismo cultural também são internalizadas por um setor que, também discriminado, não se apercebe de que, no seu próprio discurso, estão presentes os mecanismos da ideologia do branqueamento e do mito da democracia racial. (GONZALEZ, 2020, p. 60-61)

Em síntese, a participação política das mulheres, especialmente das mulheres negras, continua sendo um desafio, refletindo não apenas questões de gênero, mas também as complexidades das relações raciais no Brasil. Para superar esses desafios, é necessário um debate mais aprofundado e amplo, que leve em conta não só todas as complexidades relacionadas à participação das mulheres na política, mas também a interconexão entre essas complexidades, visando promover uma representação política que seja verdadeiramente inclusiva e equitativa.

Imagem pública na política

A interseção entre política e imagem na contemporaneidade é um campo vasto e complexo. Um conceito fundamental para o presente trabalho trata-se do posicionamento. Segundo Galicia (2010, p. 153), o posicionamento não busca criar algo novo, mas gerenciar o conhecido, reconectando conexões já existentes. Na sociedade hipercomunicada, a melhor estratégia é comunicar o essencial. Assim, o posicionamento na comunicação política reside na simplificação da mensagem, levando em consideração a tendência emocional da mente humana. O posicionamento, trata-se, então, “de uma batalha de percepções e opiniões compartilhadas por um grupo social em relação a uma pessoa que se destaca por algum motivo nessa comunidade ou grupo”, referindo-se à percepção como o ato de reconhecer e memorizar os traços que diferenciam determinado político dos demais (Galicia, 2010, p. 156).

O autor propõe que o processo de construção da imagem inicia no âmbito da transmissão da informação, mas só culmina após a recepção e interpretação do eleitor. Galicia (2010, p. 154) destaca três formas de estabelecer o posicionamento de um candidato: de forma espontânea, quando o público identifica o personagem por meio de

um elemento de diferenciação; por estratégias dos oponentes, quando o posicionamento é derivado de um ataque estratégico do oponente; ou por estratégias próprias do político. Essas diferentes abordagens buscam identificar atributos representativos e diferenciadores, como honestidade, experiência ou inteligência, que permeiam a percepção dos eleitores.

Weber (2004, p. 272) complementa, explicando que os sujeitos políticos, como tais, buscam visibilidade e aprovação da sociedade, e nesse processo enfrentam duas realidades: a autoimagem, ou seja, a imagem desejada, e a imagem percebida, que pode ser avaliada, por exemplo, nas pesquisas. Muitos elementos não podem ser controlados, pois envolvem representação, reprodução, reflexo ou evocação.

A imagem pública e institucional começa a ser constituída nas informações e sinais informativos e persuasivos emitidos por instituições e sujeitos públicos, a respeito de seus projetos e suas necessidades, na forma de “imagem desejada” (real) Termina de ser constituída, individualmente, por todos aqueles que recebem as informações e sinais e, em algum nível, somam às informações visuais, auditivas, emocionais, intelectuais, ou rechaçam a proposta. O resultado é a “imagem percebida”, também real, onde reside a dúvida. No plano do imaginário, a complexidade dos elementos conceituais e simbólicos, que formam as referências imagéticas, distanciam o objeto “imaginado” do objeto real, mesmo sendo a “imagem” do objeto compreendida e defendida como “real” (WEBER, 2004, p. 273).

A formação da imagem pública como processo é fundamental para que a sociedade reconheça e legitime as entidades políticas, como partidos, governos, políticos e ideologias. Weber (2004, p. 260) denomina essas entidades de "sujeitos políticos" e defende que nesse processo (de formação da imagem pública) a verdade, a realidade e a legitimidade são constantemente construídas e desconstruídas. A imagem pública, portanto, resulta da imagem conceitual, projetada pelos sujeitos políticos e sujeita às máscaras ou partes da realidade convenientes a esses sujeitos, e recuperada na soma das imagens abstratas (o intangível, a imaginação), com as imagens concretas (o tangível, os sentidos) (WEBER, 2004, p. 262). Assim, os processos sociais, organizacionais e políticos, tanto tangíveis quanto intangíveis, são interpretados pelos espectadores, que são influenciados por informações que afetam suas vidas. Esse espectador é o sujeito principal do processo de formação da imagem.

Dessa forma, a imagem pública do sujeito político é construída pelo eleitor não só pelos atributos que o sujeito político apresenta, mas também através das relações sociais

do próprio eleitor. A percepção do eleitor é a sua realidade, e nem sempre essa realidade é tangível. Galicia (2010, p. 155) complementa afirmando que existem dois planos pelos quais se constrói a imagem de um candidato: o plano concreto, que faz referência aos aspectos palpáveis que a sociedade espera, como serviços públicos e infraestrutura; e o plano simbólico, que inclui elementos psicológicos, como confiança, compreensão e apoio solidário. Para o autor, a relação, interpretação e reinterpretação entre os aspectos tangíveis e intangíveis tem a capacidade de influenciar vontades através do uso de imagens, sinais e símbolos, e se manifesta em todos os níveis, não apenas nas relações entre governantes e governados (GALICIA, 2010, p. 155).

Metodologia

Esta pesquisa tem como propósito analisar as postagens veiculadas no perfil oficial do Instagram da Vereadora Giorgia Prates durante o período correspondente ao seu primeiro ano de mandato, abrangendo de fevereiro de 2023 a janeiro de 2024, totalizando 758 publicações. A abordagem metodológica segue as diretrizes da Análise de Conteúdo, que, segundo Bardin (2016, p. 45), trata-se de um método empírico que examina as comunicações por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos para descrever o conteúdo das mensagens, podendo ser aplicado a vários tipos de comunicações.

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações (BARDIN, 2016, p. 38).

Para a autora, a análise do discurso divide-se em três etapas: a descrição, que se trata da enumeração das características do texto; a interpretação, que permite dar significação à essas características; e a inferência, procedimento intermediário entre as etapas anteriores, que visa extrair informações sobre as circunstâncias de produção (ou recepção, em alguns casos) por meio de indicadores, sejam eles quantitativos ou qualitativos (2016, p. 46-47). A descrição analítica, etapa inicial do processo, segue procedimentos sistemáticos e objetivos para examinar o conteúdo das mensagens, constituindo um tratamento da informação nelas contida (p. 42).

Para o presente trabalho, a análise de conteúdo buscou focar nos significados, em uma observação temática, denominado pela autora como análise categorial, que busca examinar a totalidade de uma comunicação, avaliando-a com base na classificação e contagem da frequência de ocorrência (ou falta) de elementos de significado (2016, p. 44). Essa técnica, conhecido como categorização, envolve a criação de categorias ou rubricas significativas que facilitam a classificação dos elementos de significado presentes na mensagem.

A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos (BARDIN, 2016, p. 148).

A adoção dos critérios descritos acima permite uma investigação sistemática e categorizada das temáticas presentes nas postagens, visando compreender a ênfase e as recorrências temáticas ao longo do período em questão. A coleta de dados consistiu na categorização das postagens em temas, definidos com base nas temáticas das postagens, refletindo as áreas de interesse e atuação da vereadora. Para a seleção da categoria, considerou-se a mensagem em primeiro plano, que recebeu maior destaque na publicação.

Categorização

O critério adotado para a categorizar as publicações no Instagram da vereadora Giorgia Prates baseou-se na identificação da ideia principal enfatizada em cada postagem. Cada categoria representa uma temática específica, e a escolha foi determinada pela predominância do conteúdo relacionado à ideia central da publicação. Dessa forma, ao analisar uma postagem, a categoria na qual ela foi classificada corresponde à temática que se destacou de forma mais proeminente. Todas as publicações foram categorizadas, razão pela qual algumas categorias apresentam números baixos de postagens. Ao todo, foram estabelecidas 15 categorias, das quais algumas as disparidades de incidência são marcantes.

Entre as categorias estabelecidas, a "Diversidade Cultural e Étnica" engloba postagens que abordam pautas dos povos originários e imigrantes. Na seção "Educação, Esporte e Cultura", são abordadas questões educacionais, eventos e discussões de projetos esportivos, além de incluir postagens relacionadas a eventos culturais, tradições e expressões artística. No conjunto "Gênero", estão contempladas postagens que discutem igualdade de gênero, direitos femininos, violência contra a mulher e questões que colocam a mulher como protagonista. A categoria "Infância e Juventude" abrange temas relacionados ao bem-estar, violência e saúde infantis, além de causas que envolvem os direitos das crianças e adolescentes.

Em "Institucional", são compreendidas ações e informações institucionais da vereadora Giorgia Prates, como a divulgação da agenda legislativa, comunicados sobre as comissões em que a parlamentar está envolvida, reuniões realizadas com diferentes grupos, além de informações sobre a própria parlamentar. A divisão "LGBTQIAPN+" engloba postagens que enfatizam e celebram a diversidade da comunidade LGBTQIAPN+, enquanto "Moradia e População Vulnerável" versa sobre políticas habitacionais e questões que afetam grupos vulneráveis e pessoas em situação de rua.

A seção "Periferia e Urbanismo" apresenta postagens relacionadas a políticas urbanas e infraestrutura, acessibilidade, transporte coletivo, saneamento básico e outras demandas apresentadas por bairros periféricos, além de abordar as enchentes na cidade de Curitiba. Em "Posicionamento Ideológico e/ou Político-Partidário" estão publicações sobre as convicções políticas da vereadora, comentários sobre pautas em destaque e divulgação de ações do Partido dos Trabalhadores (PT), sigla da vereadora, enquanto em "Proteção Animal" estão postagens que defendem os direitos dos animais ou divulgam ações e projetos relacionados à causa. Na seção "Raça" estão todas as publicações que falam sobre preconceito racial, diversidade religiosa, denunciam o racismo e racismo religioso, abordam a desigualdade racial ou levantam questões sobre o tema.

"Segurança Pública e Violência Policial" trata de questões de segurança, prevenção da criminalidade e violência policial. A categoria "Trabalhador e Servidor Público Municipal" discute reivindicações e homenagens às classes trabalhadoras, além de apresentar pautas como discussões de plano de carreira e reajuste dos servidores municipais. Há ainda divisões que exploram a interseção de temas, como "Interseção Gênero e Raça" e "Interseção Gênero, Raça e LGBTQIA+".

Análise dos dados

A pesquisa revela que a categoria mais proeminente ao longo do período analisado foi “Raça”, totalizando 145 postagens, o que representa cerca de 19% do total de 758 publicações. O destaque para essa temática foi em novembro, mês dedicado à Consciência Negra, com 49 postagens que evidenciaram o viés racial. Em segundo lugar, a categoria “Institucional”, que apresentou 109 publicações no período, correspondendo a 14% do total. As postagens desta categoria estiveram consistentemente presentes ao longo do ano, ganhando maior visibilidade em dezembro, período em que a agenda legislativa é tipicamente reduzida devido ao fim do ano. Durante este mês, o perfil da vereadora apresentou publicações retrospectivas, destacando as ações realizadas ao longo do ano.

“Posicionamento Ideológico e/ou Político-Partidário” aparece como a terceira categoria com maior número de postagens, totalizando 105, apenas uma a menos do que “Institucional”, correspondendo também a 14% do total. A incidência maior aconteceu nos meses iniciais de mandato, especialmente em março e abril de 2023. É importante observar que esses meses coincidem com o primeiro trimestre de atuação da vereadora, período em que ela intensificou seu posicionamento público, conforme exemplificado na Figura 1. O mês de março de 2023 destacou-se ainda mais nesse quesito, pois Giorgia participou do Festival Marielle, no Rio de Janeiro, organizado pelo Instituto Marielle Franco. O evento, que marcou os cinco anos sem respostas sobre a morte da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, influenciou as publicações e desdobramentos subsequentes, enquadrados na categoria de “Posicionamento Ideológico e/ou Político-Partidário”.

Figura 1 – posicionamento ideológico e/ou político-partidário:
exemplo de postagem da categoria



Fonte: Prates (2024).

Em quarto lugar, a categoria “Moradia e População Vulnerável” totalizou 65 postagens, 9% do total, atingindo maior incidência em março, abril e setembro, quando a vereadora abordou um processo de reintegração de posse do local onde fica localizada a comunidade Tiradentes 2. É interessante observar que a categoria “Moradia e População Vulnerável” apresenta uma diferença expressiva em quantidade de postagens (65) quando comparada à seção anterior, “Posicionamento Ideológico e/ou Político-Partidário” (105). A categoria “Gênero” aparece em quinto lugar, com 55 postagens (aproximadamente 7% do total), focando em igualdade de gênero, direitos das mulheres e questões adjacentes. Março, quando é celebrado o Dia Internacional da Mulher, registrou a maior presença dessa temática, com 22 postagens, seguido por fevereiro, mês inicial do mandato a vereadora, com 11 publicações.

A sexta posição destaca a categoria “LGBTQIAPN+”, com 50 postagens (7% do total), concentrando-se nas demandas e diversidade da comunidade LGBTQIAPN+, com picos em maio (Dia Internacional de Combate à Homofobia) e junho (Dia Internacional do Orgulho LGBTQIAPN+). Na sequência, a categoria “Intersecção Gênero e Raça” apresenta 39 postagens (cerca de 5%), também com destaque para março, mês do Dia Internacional da Mulher (vide Figura 2). A categoria “Periferia e Urbanismo” ocupa o oitavo lugar, com 37 postagens, 5% do total.

Figura 2 – intersecção gênero e raça: exemplo de postagem da categoria

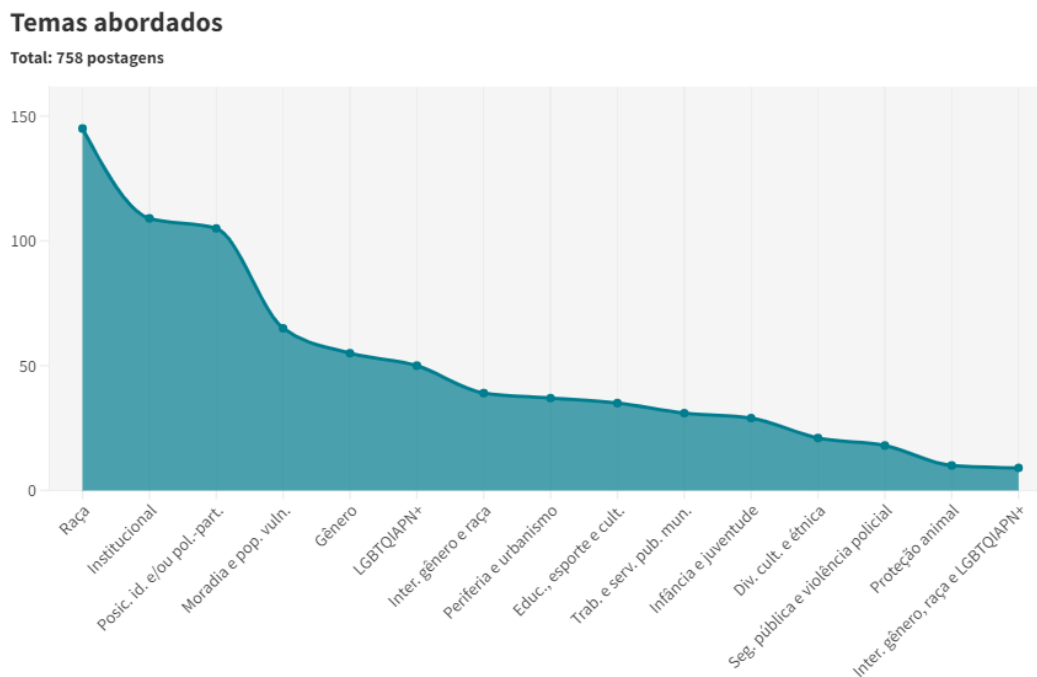


Fonte: Prates (2024).

“Educação, Esporte e Cultura” aparece em nono lugar, com 35 postagens, aproximadamente 5% do total. “Trabalhador e Servidor Público”, com 31 postagens (4%), aparece em décimo lugar, destacando-se agosto, na ocasião da reivindicação do plano de carreira para os Guardas Municipais de Curitiba. As demais cinco categorias, juntas, somam 87 postagens, correspondendo a 12% do total publicado durante o período analisado. Esse agrupamento das publicações por tema central proporciona uma compreensão ampla das temáticas priorizadas pela comunicação da vereadora Giorgia Prates em seu perfil no Instagram, refletindo uma variedade de assuntos de interesse ao longo do primeiro ano de mandato (ver Gráfico 1). No entanto, apesar da diversidade de pautas (que resultou na identificação de 15 categorias), é evidente uma disparidade na incidência dos temas abordados. Algumas temáticas apareceram com baixa frequência, como é o caso de “Proteção Animal” ou “Intersecção gênero, raça e LGBTQIAPN+”, com apenas 10 e 9 publicações, respectivamente.

O Gráfico 1 também revela que as três categorias de temática com maior presença, “Raça”, “Institucional” e “Posicionamento ideológico e/ou político-partidário”, têm uma representação muito mais significativa do que os demais temas. Juntas, elas correspondem a 47% das publicações no primeiro ano de mandato, indicando que foram as principais prioridades na comunicação da parlamentar, somando quase metade das postagens do período.

Gráfico 1 – Temáticas abordadas no primeiro ano de mandato



Fonte: Elaborado pelo autor.

Considerações finais

A análise do perfil no Instagram da vereadora Georgia Prates ao longo de seu primeiro ano de mandato revelou uma diversidade expressiva de temas abordados, demonstrando sua intenção de comunicar uma significativa gama de questões. Contudo, dentre esses temas, poucos se destacaram não apenas pela frequência, mas também pela importância atribuída, evidenciando as prioridades da parlamentar em sua interação com o público (conforme Gráfico 1). Em particular, a temática racial emergiu como a mais proeminente, representando cerca de 19% do total de postagens analisadas. Esse dado adquire uma relevância particular no contexto atual de crise na representação política no Brasil, destacada, entre outras razões, pela falta de diversidade nos espaços de poder.

A presença da vereadora como a segunda mulher negra e a primeira vereadora abertamente lésbica da Câmara Municipal de Curitiba, somada aos dados obtidos na pesquisa, sugere um compromisso de Georgia Prates com a luta contra o racismo e a promoção da igualdade racial. O destaque dessa temática, especialmente durante o mês da Consciência Negra, indica um esforço para elevar o debate sobre a questão racial e incentivar a reflexão sobre suas implicações profundas na sociedade. A participação

política das mulheres, especialmente das mulheres negras, contextualizada no referencial teórico, se coloca como um desafio decorrente de um histórico de exclusão e opressão. A presença da pauta racial no discurso de quem ocupa espaços de poder é importante para que o tema ganhe relevância na arena pública.

No entanto, a análise teórica destacou a tríplice discriminação sofrida pela mulher negra, envolvendo raça, classe e gênero, e a necessidade de uma abordagem interseccional dessas dinâmicas para superar as desigualdades sociais, econômicas e políticas. Embora a interseccionalidade dessas dinâmicas não tenha sido evidenciada na análise das postagens da vereadora, é possível estabelecer um paralelo com a categoria "Intersecção gênero, raça e LGBTQIAPN+", que engloba publicações que tratam de maneira integrada esses temas. Embora as temáticas individuais de "Raça", "Gênero" e "LGBTQIAPN+" figurem entre as dez mais abordadas no período analisado, a pesquisa revelou que o perfil da vereadora opta por tratar esses assuntos de forma isolada. Enquanto "Raça", "Gênero" e "LGBTQIAPN+" ocupam respectivamente o primeiro, quinto e sexto lugares em frequência de abordagem, a categoria "Intersecção gênero, raça e LGBTQIAPN+" é classificada apenas em 15º lugar, a última categoria em frequência de postagens.

Ainda em relação aos temas abordados de forma interligada, destaca-se a categoria "Intersecção gênero e raça", que ocupa uma posição proeminente. Com 39 postagens, representando cerca de 5% do total analisado, essa seção se posiciona em sétimo lugar em termos de frequência. A prevalência de postagens que tratam conjuntamente as questões de gênero e raça em comparação com aquelas que abordam a intersecção entre gênero, raça e LGBTQIAPN+ pode ser atribuída ao fato de que, quanto maior a intersecção de temas, menor é o público identificado com essa temática específica. Assim, visando maximizar a adesão do público, a vereadora pode entender mais vantajoso abordar esses temas de maneira separada, embora o referencial teórico sugira que a abordagem separada pode negligenciar detalhes e complexidades existentes apenas quando se considera a intersecção.

No contexto da política contemporânea, a construção da imagem pública emerge como um elemento fundamental. A compreensão do posicionamento político e a gestão da imagem são abordagens estratégicas que os sujeitos políticos utilizam para se destacar em um cenário hipercomunicado, no qual suas mensagens disputam a atenção do espectador com diversas outras. A pesquisa revelou que, no primeiro ano de mandato, a vereadora Giorgia Prates reforçou seu posicionamento público priorizando pautas

relativas ao combate ao racismo, divulgação institucional de seu trabalho frente à Câmara Municipal de Curitiba, posicionamento ideológico e/ou partidário, luta por moradia, igualdade de gênero e direitos da comunidade LGBTQIAPN+. O enfoque nesses temas evidencia o posicionamento da vereadora frente às pautas de diversidade e inclusão, enquanto a presença de outras categorias entre as dez mais abordadas, como “Periferia e Urbanismo”, em oitava posição, “Educação, Esporte e Cultura”, em nono lugar, e “Trabalhador e Servidor Público Municipal”, ocupando a décima posição, refletem sua abordagem frente às questões sociais.

A análise dos dados desta pesquisa proporciona uma compreensão da comunicação adotada pela vereadora Giorgia Prates ao longo de seu primeiro ano de mandato, notadamente evidenciada em seu perfil oficial do Instagram. É razoável compreender que a estratégia comunicativa está fundamentada em uma abordagem inclusiva e comprometida em incluir no debate as necessidades de diversos segmentos sociais. Este estudo contribui para o entendimento da dinâmica entre imagem política e práticas legislativas, indicando caminhos para futuras pesquisas sobre a atuação de representantes que buscam ampliar a voz de grupos historicamente marginalizados.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

FREITAS, Rosiane Correia de. **Mandata coletiva das pretas (PT)**: vereadora negra e lésbica, está em seu primeiro mandato na câmara. Vereadora negra e lésbica, está em seu primeiro mandato na Câmara. 2023. Disponível em: <https://www.plural.jor.br/noticias/poder/politicos-parana/mandata-coletiva-das-pretas-pt/>. Acesso em: 11 mar. 2024.

GALICIA, Javier. Posicionamento. In: GALICIA, Javier Sanchez (comp.). **Treinta claves para entender el poder**: léxico para la nueva comunicación política. México: Piso 15 Editores, 2010. p. 153-159.

GONZALEZ, Lélia. A cidadania e a questão étnica. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org.). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 201-211.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org.). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 49-64.

Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística (IBGE). **Censo 2022**. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/>. Acesso em 11 mar.2024.

CALDWELL, Kia Lilly. Mulheres negras, militância política e justiça social no Brasil. **Revista Gênero**, v.8 n.1, p. 53-69, 2007. Disponível em: <https://ieg.ufsc.br/storage/articles/October2020/01022011-02401507-caldwellkial.pdf>. Acesso em 11 mar 2024.

PRATES, Giorgia. Giorgia Prates: depoimento [fev. 2024]. Entrevistador: Alex Gruba. Cmc Podcasts. Entrevista concedida à Câmara Municipal de Curitiba. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DOhRNnDWWZQ&t=251s>. Acesso em: 11 mar. 2024.

PRATES, Giorgia. **Site oficial Giorgia Prates**. Disponível em: <https://giorgiaprates.com.br/>. Acesso em: 11 mar. 2024.

PRATES, Giorgia. **Publicações**. 2024. Instagram: @giorgiaprates.mandata. Disponível em: <https://www.instagram.com/giorgiaprates.mandata/>. Acesso em: 11 mar. 2024.

RAIS, Diogo; MAGARIAN, Bárbara Rebeca Alves. Mandatos coletivos: entre a experiência e o vácuo legislativo. **Revista Eletrônica de Direito Eleitoral e Sistema Político - Redesp**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 87-103, jan. 2021. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/8962>. Acesso em: 27 fev. 2024.

SILVA, Willian Quadros da; SECCHI, Leonardo; CAVALHEIRO, Ricardo Alves. Mandatos coletivos e compartilhados no Brasil: análise descritiva de inovações democráticas no Poder Legislativo. **Revista Debates**, p. 168-190, 2021. Trimestral. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/9177>. Acesso em: 21 mar. 2024.

SOUSA, Ana Maílza Viegas. Representatividade feminina na política brasileira. In: ASSIS, Christiane Costa. **Federalismo e democracia: reflexões contemporâneas**. Belo Horizonte: Uemg, 2023. Cap. 4. p. 93-115. Disponível em: <https://editora.uemg.br/component/k2/item/232-federalismo-e-democracia#sobre-o-livro>. Acesso em: 11 mar. 2024.

WEBER, Maria Helena. Imagem Pública. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: Edufba, 2004. Cap. 8. p. 259-308.